



LANÇAMENTO DO FÓRUM SUL-AMERICANO DE ECONOMIA CIRCULAR 2020

A Fiesp e o Senai-SP em parceria com o Fundo Finlandês de Inovação (SITRA) realizaram no dia 28 de novembro, o evento de lançamento do **Fórum Sul-Americano de Economia Circular**, que será sediado na Fiesp em março de 2020.

O evento teve como objetivo discutir os novos paradigmas da Economia Circular em substituição do modelo tradicional de fabricação linear de produtos, buscando incentivar e fomentar ações de eficiência no uso de recursos naturais, materiais e commodities de forma sustentável e agregando valor à sociedade. Na ocasião, o SENAI-SP também lançou o curso de educação a distância de Economia Circular.

A Economia Circular tem potencial de reduzir custos, gerar valor atraindo investimentos e oportunidades de novos negócios e principalmente abrir um mercado de trabalho e renda para milhares de pessoas, o que é extremamente benéfico para o Brasil.

Pag. 02

No radar



Pág.12

Diplomas recentes



Pág.15

Avisos



Pág.17

Agenda



Pág.20

DESTAQUES DESSA EDIÇÃO

PRÊMIO DE CONSERVAÇÃO E REÚSO DE ÁGUA 2020

Pág. 04

SISTEMA DE LOGÍSTICA REVERSA DE EMBALAGENS

Pág. 05

PAPEL DO INPI NA PROMOÇÃO DE TECNOLOGIAS VERDES

Pág. 06

CONSELHO SUPERIOR DE MEIO AMBIENTE

Pág. 07

ACONTECEU



A economia circular defende a criação de processos saudáveis e circulares na cadeia produtiva e de consumo. Trata-se de uma proposta de mudança em todo o mercado, do design dos produtos até nossa relação com as matérias-primas e os resíduos. Contrapondo-se ao processo produtivo linear, o circular prioriza o lixo transformado em insumos. Para provar que é possível ter uma indústria com uma produção consciente e engajar a sociedade no conceito de sustentabilidade, a Fiesp está preparada para realizar a primeira edição do **Fórum Sul-Americano de Economia Circular**, que será realizado dia 31 de março de 2020.

Na última quinta-feira (28/11), a Fiesp e o Senai-SP apresentaram as diretrizes do novo Fórum que será uma seção do evento mundial mais importante sobre o tema, o *World Circular Economy Forum*. O encontro global já teve três edições e, no próximo ano, acontecerá no Canadá.

Eduardo San Martin, presidente do Conselho Superior de Meio Ambiente (Cosema) da Fiesp, chamou atenção para o necessário engajamento da sociedade brasileira a fim de cobrar mudanças nos princípios de

produção utilizados massivamente, que são os da economia linear, representados pela seguinte pirâmide: obtenção da matéria-prima, produção e descarte. A economia circular elimina resíduos de produção, mantendo o ciclo de uso dos bens e serviços, regenerando sistemas produtivos.

“Precisamos desenvolver materiais seguros e compostáveis. Os bens e serviços de hoje serão os bens e serviços do futuro. O dono desse movimento é o cidadão, o ser humano que quer garantir o futuro dos filhos, assegurar uma vida melhor para eles”, pontuou San Martin.

O líder sênior de Economia Circular e Desenvolvimento de Negócios do Fundo Finlandês de Inovação (SITRA), *Jyri Arponen*, assegurou que a agência finlandesa executará o Fórum Sul-Americano de Economia Circular em parceria com a Fiesp e o Senai-SP. “Economia Circular não é só uma questão de salvar o meio ambiente. A ideia de organizar o evento em São Paulo, na Fiesp, é excelente. Só assim vamos vencer o desafio que é o de estabelecer processos robustos de produção pensando em tudo desde o início”, observou o finlandês.

As palavras do especialista finlandês provam que o entendimento de sustentabilidade precisa vir antes da criação de produtos e serviços. A ideia é fazer referência ao funcionamento da natureza, uma coexistência da economia e da sociedade, aplicando-se o conhecimento crescente da inteligência dos sistemas naturais nos produtos, processos e na indústria.

A SITRA é uma agência finlandesa, que atua como um fundo, atrelado ao parlamento finlandês. A entidade é uma das mais importantes aceleradoras de



Jyri Arponen, SITRA

negócios sustentáveis do mundo. É responsável por realizar o *World Circular Economy Forum*.

Durante o Fórum, o diretor titular do Departamento de Desenvolvimento Sustentável (DDS) da Fiesp, Nelson Pereira dos Reis, citou: “A prática da Economia Circular nas organizações é uma questão de segurança e sustentabilidade de negócio, congregando de forma harmônica a visão do consumidor, a tecnologia da informação, design de produtos, envolvimento da cadeia de suprimentos e parceiros que possam também auxiliar a impulsionar a circularidade de forma concreta e permanente”.



Equipe Fiesp, Senai-SP e Fundo Finlandês de Inovação (SITRA)

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA



Durante o lançamento do Fórum Sul-Americano de Economia Circular, o Senai-SP lançou o curso de educação a distância de Economia Circular. Gratuito e online, o curso tem como objetivo apresentar o modelo de produção circular, identificando o sistema econômico vigente e compreendendo as formas de transição nas esferas comportamental, empresarial e político-institucional.

Com 20 horas e dividido em quatro módulos, o curso aborda temas como tecnologias habilitadoras como facilitadoras (Big data, Internet das coisas, IoT, Blockchain e Cloud Computing) e desafios e oportuni-

dades circulares.

O diretor regional do Senai-SP, Ricardo Terra, contou que a equipe do Senai-SP esteve presente ao 3º Fórum Mundial de Economia Circular, na Finlândia.

“Conversamos com o presidente da Fiesp e do Senai-SP, Paulo Skaf, que enxergou a necessidade de trazermos para a Fiesp a seção sul-americana do evento mundial.

E nós, do Senai-SP, criamos o curso de educação a distância de Economia Circular, fundamentação necessária para as empresas e indústrias paulistas que desejem adequar seus processos”, explicou.

Para se inscrever gratuitamente no curso de educação a distância de Economia Circular, é só acessar o portal: online.sp.senai.br

Fonte: Agência Indusnet

Matéria na íntegra em:

www.fiesp.com.br/meio-ambiente



**FÓRUM
SUL-AMERICANO
DE ECONOMIA
CIRCULAR 2020**

O Fórum Sul-Americano de Economia Circular acontecerá em 31 de março de 2020 na Fiesp.

Acompanhe a agenda da Fiesp em:

<https://www.fiesp.com.br/agenda>

INSCRIÇÕES ABERTAS PARA O 15º PRÊMIO FIESP DE CONSERVAÇÃO E REUSO DE ÁGUA



O Prêmio Fiesp de Conservação e Reuso de Água chega a sua 15ª edição em 2020 com um histórico de boas práticas, soluções inovadoras, demonstrando que a indústria faz a sua parte no uso racional desse recurso e vem vencendo desafios tecnológicos e econômicos. Criado em 2005, o prêmio é uma iniciativa que homenageia as empresas que adotam medidas efetivas na redução do consumo e do desperdício de água, gerando benefícios ambientais, econômicos e sociais e aumentando a competitividade do setor.

De 2005 a 2019 foram recebidos 291 projetos, de 203 empresas compostas por variados segmentos e porte, que mediante a implantação dos projetos apresentados, totalizaram uma economia de 172 milhões de m³ de água e quase R\$ 1 bilhão de investimentos.

De acordo com a avaliação das empresas inscritas no Prêmio, identificamos que 83,5% praticam o reuso de água em suas atividades industriais por meio de

recirculações e circuitos fechados em seus processos ou mesmo pelo reuso do efluente tratado gerados por suas estações de tratamento.

Frente a essas importantes boas práticas apresentadas nos projetos inscritos desde a 1ª edição do Prêmio, a Fiesp disponibiliza em sua página alguns Cases, como forma de benchmarking para que as boas ações e soluções inovadoras apresentadas possam ser multiplicadas no meio industrial.

O resultado será divulgado em **18 de março de 2020**, em comemoração ao Dia Mundial da Água e a participação é gratuita.

Mais informações sobre o Prêmio Fiesp de Conservação e Reuso de Água, acesse o site:

www.fiesp.com.br/premioagua



Vencedores Prêmio Água de 2019

Conheça os vencedores: <http://bit.ly/2RA4DDr>





SISTEMA DE LOGÍSTICA REVERSA DE EMBALAGENS EM GERAL

Concorrência de Certificados de Reciclagem



Thiago Pinto, Eureciclo

A 5ª Concorrência de Certificados de Reciclagem (CRE) de 2019 do Sistema de Logística Reversa de Embalagens da Fiesp, realizada em 11/11, resultou na comercialização de Notas Fiscais rastreadas relativas à **18.461 toneladas de materiais recicláveis**, o equivalente a R\$ 1.233.112,30. Com isso, o valor da comercialização de certificados das seis concorrências, realizadas desde o início das atividades do Sistema, ultrapassou o montante de R\$ 5 milhões, totalizando 82.820 toneladas.

Nesta edição, 111 empresas adquiriram Certificados de Reciclagem, sendo representadas por 31 entidades signatárias ao Termo de Compromisso de Logística Reversa (TCLR).

Foram ofertados certificados para os seguintes materiais: papel, 5.302 t; plástico, 9.505 t; vidro, 3.391 t; e metal, 263 t.

Os CRE são documentos que comprovam a restituição, por meio da comercialização da massa equivalente das embalagens recicláveis, após o uso pelo consumidor, ao ciclo produtivo, que não seguirão para o aterro, o que é um ganho enorme para as cidades e para o meio ambiente.

Esse sistema, possibilita a geração de ganhos expressivos para o ecossistema e sociedade, além de ser uma receita acessória para as cooperativas e operadores logísticos.

Nesta última concorrência, participaram 30 operadores que comercializaram suas notas fiscais que dão lastro ao Certificado de Reciclagem, sendo 7 cooperativas de catadores.

Para saber mais sobre o Sistema de Logística Reversa de Embalagens e acessar o relatório com os resultados da concorrência, acesse: <http://bit.ly/2xVXoL1>



Operadores do Sistema

A próxima Concorrência de Certificados de Reciclagem (001/2020) ocorrerá em **05 de fevereiro de 2020**.

Acesse o Edital de Concorrência: <http://bit.ly/2HfPy45>

NÚMEROS SISTEMA



+ de 1000
Empresas
aderentes



82.820 t de
massa certificada
nas Concorrências



55.082 t de
massa certificada
de retornáveis



R\$ 5.045.000,00
comercializados

O PAPEL DO INPI NA PROMOÇÃO DE TECNOLOGIAS VERDES



Em 30 de outubro, a Fiesp realizou o *workshop* “Patentes Verdes: o papel do INPI na promoção de tecnologias verdes” a fim de discutir a contribuição desse projeto para atenuar as mudanças climáticas globais.

Liane Lage, Diretora de Patentes do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), Antonio Augusto Fidalgo Neto, pesquisador do Instituto Senai de

Inovação em Química Verde, e Bruno Moraes, coordenador do Prioritário Patentes Verdes do INPI, discutiram o valor das novas tecnologias verdes nos setores de energia alternativa, transporte e gerenciamento de resíduos.

Também presentes no evento, Thiago Mariano, responsável por Gestão e Suporte ao Negócio da empresa New Steel S.A, apresentou seu case de sucesso, um dos muitos que vêm abrindo caminho para a inovação no Brasil.

Os diretores do Comitê de Desburocratização da Fiesp, Abdo Hadade e Manoel Canosa Miguez, e o diretor do Departamento de Desenvolvimento Sustentável da entidade, Mario Hirose, exaltaram a parceria da Federação das Indústrias de São Paulo com o Instituto Nacional da Propriedade Industrial e reforçaram a relevância do tema para a indústria e a sociedade.

Fonte: Agência Indusnet

ACORDO SETORIAL DE ELETROELETRÔNICOS

A Fiesp em parceria com a Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee) e a Gestora para logística reversa de eletrônicos (Green Eletron) realizaram em 04 de dezembro, *workshop* para apresentar aos empresários do Estado de São Paulo, os detalhes do Acordo Setorial para a Logística Reversa de Eletroeletrônicos.

Participaram do *workshop* os presidentes da Abinee, Humberto Barbato, e do Conselho de Sustentabilidade da Fecomercio-SP, José Goldemberb.

No *workshop*, Henrique Mendes da Green Eletron apresentou o Acordo Setorial e destacou que as regras se aplicam a todas as empresas que fabricam, importam, distribuem ou comercializam equipamentos eletroeletrônico no país. Outro ponto abordado pelo *workshop* foi o desdobramento das negociações junto ao governo, até a conclusão do Acordo, esclarecendo as dúvidas dos presentes.

Cristiane Dias, do Conselho de Sustentabilidade da Fecomercio-SP, contribuiu com o debate apresentando as formas de participação do comércio na operacionalização do acordo, enfatizando que o

setor é uma peça importante para a conscientização dos consumidores, auxiliando-os a fazer o descarte consciente dos equipamentos sem uso.

O Acordo Setorial para a Logística Reversa de Eletroeletrônicos foi firmado em 31 de outubro e prevê duas fases, sendo a primeira dedicada à estruturação do sistema e a segunda relacionada à sua implementação e operacionalização, com metas anuais e crescentes, prazos e ações.

O Acordo Setorial pode ser conferido na íntegra em: <http://bit.ly/35sPbN0>



Fonte: Agência Indusnet

COSEMA – CONSELHO SUPERIOR DE MEIO AMBIENTE

INSPEÇÃO VEICULAR COLABORA PARA MELHORIA DA QUALIDADE DO AR

A reunião do Cosema da Fiesp, realizada em outubro, tratou de soluções para a melhoria da qualidade do ar: combustíveis menos poluentes e inspeção veicular. O tema, que vem sendo discutido pela Fiesp com especialistas no decorrer do ano, tem o objetivo de mostrar a importância de serem criadas políticas públicas nesse sentido.

“Esses programas precisam ser vistos como políticas de Estado e não como ações de governo. São essenciais para a melhoria de qualidade e proteção da saúde pública”, avaliou Alfred Szwarc, coordenador dos grupos de trabalho de qualidade do ar e conselheiro conselheiro do Cosema.

Glauca Savin, presidente da Comissão de Meio Ambiente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/SP), lembrou que a poluição atmosférica causa 560 mortes por ano. “Muito mais que as mortes, temos as doenças respiratórias, que atingem principalmente crianças e idosos. O que a gente tem defendido como OAB é a implementação da inspeção veicular obrigatória, que é um dever do Estado”.

O modelo de sensoriamento remoto é o defendido pelos especialistas que estiveram na reunião. É um equipamento inédito para medição de gases veiculares, com capacidade de avaliar as emissões em situações de uso real, permitindo a identificação de veículos com boa manutenção e emissão baixa ou com emissão muito alta para os padrões originais. A tecnologia foi desenvolvida nos Estados Unidos e mais recentemente foi implementada em várias cidades europeias.



Para o consultor Gabriel Branco, da *Enviromentality*, o monitoramento e a triagem de veículos são excelentes, com custo de 10% de uma inspeção tradicional, sem trazer incômodos aos usuários e ao trânsito. “20 equipamentos dariam conta da frota de São Paulo. Daria para fazer a medição de 5 mil veículos por dia, dependendo do tráfego da rua”, avaliou Branco.

Estiveram presentes também à reunião do Cosema: Renato Simenauer, do Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (Sindipeças), e Luiz Sergio Alvarenga, diretor executivo do Sindicato da Indústria de Reparação de Veículos e Acessórios (Sindirepa Nacional). A reunião foi presidida por Eduardo San Martín.

MARINHA E EXÉRCITO AVALIAM VAZAMENTO DE ÓLEO NO LITORAL BRASILEIRO

O mês de agosto de 2019 foi marcado pelo acidente ambiental com maior extensão e duração já vista no país: o vazamento de petróleo cru no litoral nordestino. Desde então, até o dia 22 de novembro já foram recolhidas 238.476 toneladas do óleo nas praias do país. Para falar sobre o problema, apresentar os números e as ações executadas até o momento, oficiais da Marinha do Brasil e do Exército Brasileiro participaram da reunião do Conselho Superior de Meio Ambiente (Cosema) da Fiesp, em novembro.

A primeira incidência do material poluente foi em uma praia da Paraíba, no dia 17 de agosto. O acidente, de proporções ainda não definidas, ultrapassou os limites do litoral do Nordeste e deixou marca em outros pontos turísticos.

O contra-almirante da Marinha do Brasil, Alexandre Rabello de Faria, chefe do Estado-Maior do Comando de Operações Navais, explicou as características do material poluente encontrado no litoral brasileiro: um óleo denso, tipo um piche, que não navega pela superfície, ou seja, impossível de ser identificado por imagem de satélite.

COSEMA – CONSELHO SUPERIOR DE MEIO AMBIENTE



“O óleo aflora muito perto da costa. Infelizmente, no caso de incidentes como este a orientação é recolher na praia, sendo impossível coletar ainda dentro da água. E precisa ser feito prontamente, uma vez que o movimento da maré pode resultar em um retorno para a água”, informou Faria.

O general de Brigada do Exército, que é o chefe do Estado-Maior do Comando Militar do Nordeste, Carlos Duarte Pontual de Lemos, apresentou os números da

operação que atua no combate à proliferação do óleo pelo litoral brasileiro. Até o momento, 8.295 militares participaram da ação com um total de mais de 107 mil homem-hora trabalhados. “Essas mais de 238 toneladas de óleo recolhidas não voltarão ao meio ambiente. É por isso que trabalhamos de forma rápida e eficiente. Sabemos que o Nordeste é uma região fundamental para o desenvolvimento do país”, reforçou.

O presidente do Cosema, Eduardo San Martin, reconheceu a importância das Forças Armadas na defesa do país. Em especial, citou a atuação delas no acidente que teve como consequência o vazamento de óleo no litoral como prova concreta da importante atuação da Marinha e do Exército. “Muitas dúvidas e informações contraditórias marcam este acidente, que registra graves desdobramentos para o meio ambiente, a população, os negócios e o comércio da região atingidos. Por isso que o Cosema, a pedido do presidente da Fiesp, Paulo Skaf, decidiu trazer para o debate quem tem responsabilidade em esclarecer o problema”, contou.

Fonte: Agência Indusnet

WORKSHOP: O QUE É PRECISO PARA INVESTIGAR ÁREAS CONTAMINADAS

O gerenciamento de áreas suspeitas de contaminação é definido como um conjunto de medidas tomadas com o intuito de minimizar o risco proveniente da existência de áreas contaminadas à população e ao meio ambiente. Com a intenção de apresentar a estratégia mais eficiente de gerenciamento da região que pretende ser averiguada e de pontuar as falhas mais comuns no processo de descoberta dessas regiões, o Conselho Superior de Meio Ambiente da Fiesp realizou o *workshop* “O que é preciso para investigar áreas contaminadas” no dia 27 de novembro na Fiesp.

O gerenciamento de áreas contaminadas baseia-se em uma estratégia constituída por etapas sequenciais: identificação, diagnóstico, intervenção e monitoramento.

O *workshop* se propôs a capacitar empresários e industriais no que tange aos critérios importantes para a contratação de empresas e técnicos que realizam a medição do solo. “A ideia é dar ferramentas para quem trabalha e produz no Brasil conseguir fugir de



profissionais mal-intencionados ou irresponsáveis. Com informações relevantes e tomando ciência do cronograma para uma investigação eficiente, será possível crescer e desenvolver os seus negócios, cumprindo com as exigências necessárias para a garantia da saúde das pessoas e a defesa do meio ambiente”, afirmou Eduardo San Martin, presidente do Cosema.

COSEMA – CONSELHO SUPERIOR DE MEIO AMBIENTE

Quando as empresas contratadas para realizar a investigação produzem um relatório errado e o enviam para a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb), tal conteúdo fica lá registrado. A partir de então, o trabalho para reverter qualquer avaliação equivocada pode gerar graves prejuízos.

O vice-presidente da Associação Paulista de Geólogos, Daniel Cardoso, que também é membro do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo (CREA-SP), reforçou a importância da investigação eficiente. “O primeiro motivo para dedicarmos tempo e recursos na averiguação das áreas contaminadas é porque há previsão legal. Os empresários, gerentes, gestores das empresas, assim como os locatários ou proprietários dos imóveis podem responder civil e criminalmente”, reforçou.

Desde o início do processo de investigação, é preciso fazer uma pergunta importante: a atividade realizada pela unidade (indústria e/ou empresa) confere risco

ao solo? É crucial atentar para o fato de que toda cadeia produtiva pode gerar contaminação. “

O 2º vice-presidente da Associação Brasileira de Água Subterrâneas (ABAS), Gustavo Alves da Silva, explicou o cronograma de ação da investigação das áreas com suspeita de contaminação.

Para finalizar os debates, Everton de Oliveira do Instituto Água Sustentável e Associação Brasileira de Águas Subterrâneas, exemplificou quais os cuidados necessários para contratar uma investigação de uma área contaminada.

Está previsto para 2020, outras edições do *workshop*: **“O que é preciso para investigar áreas contaminadas”**. Que deverão acontecer nas regionais do Ciesp, em todo o Estado de São Paulo.

Para acompanhar o cronograma, é só ficar atento aos sites e às redes sociais da Fiesp e do Ciesp.

Fonte: Agência Indusnet

FIESP E CIESP REALIZAM TREINAMENTO PARA PREENCHIMENTO DO CADASTRO TÉCNICO FEDERAL (CTF) DO IBAMA



A Federação e o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp/Ciesp), em parceria com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), promoveram nos Ciesps de Marília, Limeira, São José do Rio Preto, São Bernardo do Campo e Rio Claro o treinamento sobre o Cadastro Técnico Federal (CTF).

O treinamento teve como objetivo orientar sobre o correto preenchimento (*online*) do Cadastro Técnico Federal, abordou assuntos como: a legislação perti-

nente ao cadastro; quem é obrigado a se inscrever e como realizar a inscrição; como saber se a empresa está regular; a importância de manter o registro atualizado; acesso ao sistema do órgão federal e a maneira de gerar as taxas pertinentes. Os treinamentos foram realizados pelo Analista Ambiental Bruno Dorfman Buys, do Núcleo de Qualidade Ambiental da Superintendência do Ibama no Estado de São Paulo.

Em razão das inúmeras manifestações de empresas que buscam orientação sobre o preenchimento correto do cadastro, a Fiesp e o Ciesp realizarão outros treinamentos em 2020 por meio das regionais do Ciesp e de parceiros. Os treinamentos são gratuitos.

O CTF é obrigatório para todas pessoas físicas e jurídicas que exercem atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais. A empresa que não realizar o cadastramento fica sujeita a multas e pode ser enquadrada na lei de crimes ambientais. O cadastro é realizado no site (www.ibama.gov.br).

Para conferir a apresentação do treinamento, acesse: <http://bit.ly/2HxiCnR>

CÂMARA AMBIENTAL DA INDÚSTRIA PAULISTA

A Fiesp realizou reunião plenária da Câmara Ambiental da Indústria Paulista, na data de 23 de outubro, para discussão sobre Licenciamento Ambiental Municipal.

Na ocasião estiveram presentes sindicatos e associações de indústrias que relataram os problemas que estão enfrentando para renovação das suas licenças de operação no município de São Paulo.

A prefeitura de São Paulo, representada por Fábio Rogério Martin, Supervisor do Departamento de Controle da Qualidade Ambiental, apresentou as mudanças que o município está promovendo para sistematizar e agilizar o processo de licenciamento ambiental municipal.



ASPECTOS ATUAIS DAS INFRAÇÕES AMBIENTAIS

Em 05 de dezembro o DDS em parceria com o Grupo de Estudos de Direito Ambiental da Fiesp/Ciesp, realizaram o workshop “Aspectos atuais das infrações ambientais”, com o objetivo de tratar os aspectos mais atuais sobre as infrações ambientais. Pedro Carneiro, coordenador do grupo, moderou os debates que trataram das obrigações e requisitos legais aplicáveis ao setor produtivo, que estão cada vez mais numerosos e complexos, em relação a temas como controle de poluição, resíduos sólidos, produtos perigosos, licenciamento ambiental, gerenciamento de áreas contaminadas, biodiversidade, dentre outros. De outro lado, quando as normas de proteção ao meio ambiente não são observadas, surgem diversos instrumentos e procedimentos de controle estatal para a proibição de atividades, limitação de direitos e sanções administrativas, civis e até criminais.

O evento discutiu as novas tendências do processo de fiscalização ambiental, ressaltando que o posicionamento atual dos tribunais e órgãos de controle ambiental sobre as infrações ambientais é fundamental, conferindo maior segurança jurídica e eficiência ao setor produtivo.

Participaram dos debates, Eduardo Bim, Presidente



do IBAMA, o Desembargador Torres de Carvalho, da 1ª Câmara Reservada de Meio Ambiente do TJSP, Curt Trennenpohl, Procurador Federal e ex-Presidente do Ibama, Terence Trennepohl, Pós-Doutor pela Universidade de Harvard, e Glauca Savin, Presidente da Comissão de Meio Ambiente da OAB-SP.



SIGA O DDS NO TWITTER

<https://twitter.com/FiespAmbiental>

FIESP

PORTAL
**CLIMA
EM DEBATE**

AÇÕES REGIONAIS E SETORIAIS

CENTRAL DE TRIAGEM MECANIZADA DA PREFEITURA DE SÃO PAULO

A Fiesp e o Ciesp, representados pela gerência do Departamento de Desenvolvimento Sustentável e o vice-presidente da Entidade, José Ricardo Roriz Coelho, visitaram em 07 de novembro a Central de Triagem Mecanizada da Prefeitura de São Paulo, gerenciada pela EcoUrbis Ambiental.

A Central de Triagem Mecanizada possui capacidade de separação de até 250 toneladas de materiais por dia, através de sistema de esteiras, controle computadorizado e agentes ambientais.



LANÇAMENTO DO PANORAMA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS NO BRASIL 2018/2019



A Fiesp esteve presente no evento de lançamento do Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil, ano base 2018/2019, realizado pela Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe).

O relatório traz os dados mais atualizados sobre gestão de resíduos sólidos no país.

O documento está disponível para download em:

<http://abrelpe.org.br/panorama/>

TRIBUNAL DE CONTAS PROMOVE EVENTO SOBRE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

A Fiesp participou do evento “Resíduos Sólidos: O lixo gerando oportunidades”, realizado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE/SP) em 28 de novembro. O evento abordou a gestão de resíduos sólidos, e foram discutidos os principais entraves identificados pelos órgãos de controle nas fiscalizações relacionadas ao assunto.

Com o intuito de promover o controle social por meio da divulgação de dados de interesse público, o TCE/SP lançou o ‘Painel de Resíduos Sólidos’, que traz um estudo e mapeamento do tratamento de resíduos em todos os municípios paulistas (exceto a Capital).

A plataforma pode ser acessada no link: www.tce.sp.gov.br/ccsprs19.

GRUPO DE MEIO AMBIENTE DO CIESP ARARAQUARA

O Ciesp de Araraquara realizou reunião do grupo de meio ambiente e segurança, em que foram apresentados os resultados obtidos, até o momento, do Sistema de Logística Reversa para Embalagens em Geral. O Sistema é firmado pela Fiesp/Ciesp, associações e sindicatos dos fabricantes e Cetesb. Foram apresentados os volumes de recicláveis reinseridos na cadeia produtiva circular, bem como, os valores financeiros envolvidos para a aquisição dos Certificados de Reciclagem nas seis concorrências já realizadas.

AÇÕES REGIONAIS E SETORIAIS

SEMINÁRIO “QUAL O FUTURO DA LOGÍSTICA REVERSA NO BRASIL?”

Em 5 de dezembro, o Instituto Eureciclo realizou o *workshop* “Qual o futuro da logística reversa no Brasil?”. O encontro discutiu as perspectivas do cenário da logística reversa de embalagens no Brasil. Participaram dos debates, Anicia Pio, gerente do Departamento de Desenvolvimento Sustentável da Fiesp, José Ismael Lutti, procurador do Ministério Público de São Paulo, Fernando Silva Bernardes, Engenheiro do Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso do Sul, e Luiz Gonzaga, Diretor Executivo da Associação Brasileira de Empresas de Tratamento de resíduos e Efluentes (Abetre).

Na ocasião, ocorreram apresentações de casos de sucesso de empresas parceiras do Instituto, que destacaram a importância dos Certificados de Reciclagem na viabilização de projetos para aumento da coleta e triagem de materiais recicláveis, bem como dos recursos às Cooperativas de Catadores. O evento também contou com o lançamento do relatório de resultados e desempenho da Eureciclo – 2018/2019.

A Eureciclo é parceira da Fiesp no Sistema de Logística Reversa de Embalagens em Geral.



Assista ao *workshop* no Youtube:

<https://www.youtube.com/watch?v=Vv8d9S2LyjI>

O relatório de desempenho da Eureciclo pode ser consultado no link: <http://bit.ly/341oIVS>

Clique nos links



CONFERÊNCIA DAS PARTES 25



A Fiesp integrou a delegação brasileira na 25ª Conferência das Partes sobre Mudanças Climáticas (COP), realizada em Madri, nos dias 02 a 13 de dezembro. A COP é o órgão supremo da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), que reúne anualmente os países Parte em conferências mundiais. A Fiesp participou das principais discussões sobre aspectos de impacto à indústria como o novo Mecanismo de Desenvolvimento Sustentável (MDS), em substituição ao Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), além das regras previstas para o comércio global de créditos de carbono, conforme artigo 6º do Acordo de Paris.

PALESTRA SOBRE GERENCIAMENTO DE PASSIVOS AMBIENTAIS

O DDS/Fiesp foi convidado a palestrar no evento “Gerenciamento de passivos ambientais” organizado pelo Sindicato da Indústria de Artefatos de Metais não Ferrosos no Estado de São Paulo (Siamfesp), em 21 de novembro. Na ocasião foram acordados temas importantes para o setor como: Política Nacional de Resíduos Sólidos, Licenciamento e Legislação Ambiental – obrigações junto a Cetesb e Ibama, bem como apresentado o Sistema de Logística Reversa de Embalagens em Geral da Fiesp.

NO RADAR

CONSELHOS AMBIENTAIS

CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

O Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) foi reestruturado, em sua composição e estrutura regimental, passando a ser composto por 37 membros. Com vistas a recomposição, foram realizadas assembleias visando à definição das instituições que passarão a compor o Conselho. Na assembleia do segmento Indústrias, realizada em 06 de novembro, foi definido que os usuários serão representados pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), vaga titular, a Fiesp, como 1º suplente, e o Instituto Aço Brasil, como 2º suplente.

CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE

Reunião plenária do Consema para apreciação do Relatório final da Comissão Temática de Biodiversidade e Áreas Protegidas sobre o plano de manejo do Parque Estadual Vassununga, bem como do Relatório anual de qualidade ambiental (RQA 2019). Na reunião também houve apresentação das ações realizadas pela Comissão Permanente de Proteção dos Primatas Paulistas (Pró-Primatas Paulistas).

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT)

RESÍDUOS SÓLIDOS

A Fiesp participou da reunião da Comissão de Estudo de Resíduos Sólidos para Fins Energéticos (CE-177:003.002), realizada em novembro. A comissão está discutindo a elaboração da Norma Técnica que deverá regulamentar a qualidade e utilização de resíduos sólidos para geração de energia.

ECONOMIA CIRCULAR

A Fiesp participou da reunião Comissão de Estudo Especial 323 na qual está sendo discutida a elaboração da norma técnica de Economia Circular. Esta norma especifica os princípios da economia circular e as diretrizes para sua implementação nas atividades de todas as organizações envolvidas para contribuir com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ (CBH-PCJ)

A Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico delibera sobre as vazões a serem descarregadas do Sistema Cantareira para as bacias PCJ. Durante o período seco de 2019, foram emitidos 38 comunicados com 66 operações de aberturas/fechamentos que permitiram garantir o abastecimento com segurança hídrica para os usuários com descargas médias de 8,22 m³/s e máxima histórica de 12,25 m³/s nos rios Atibaia e Jaguari. Foram economizados aproximadamente 28 hm³ do volume anualmente disponibilizado às bacias PCJ.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em 16 de outubro, em Piracicaba, a Fiesp participou e fez proposições quanto a revisão do plano das bacias PCJ 2020 a 2035, com destaque a necessidade de intervenções para ampliação da segurança hídrica, ajustes no orçamento previsto e ações voltadas à melhoria da qualidade nos mananciais.

RIO PARANAPANEMA

Em atendimento ao Plano Integrado de Recursos Hídricos do Paranapanema (PIRH), o CBH Paranapanema, juntamente com a Agência Nacional de Águas, promoveu duas oficinas com representantes das indústrias presentes na região no mês de novembro, em Jacarezinho/PR e Ourinhos/SP. As ações fazem parte do estudo que visa caracterizar o perfil de uso da água e estimar a carga efluente potencialmente poluidora da indústria, considerando as reduções geradas pelas ações sustentáveis de racionalização do uso da água e tratamento ou reúso de efluentes.

CBHS MEDIO PARANAPANEMA E AGUAPEÍ E PEIXE

Reunião plenária conjunta dos CBHs em foram apresentados o acompanhamento da sala de situação da bacia do Rio Paranapanema, nessa oportunidade foi apresentada a situação dos reservatórios de Jurumirim, Chavantes e Capivara, que em função da baixa precipitação, está exigindo atenção dos órgãos gestores e comitê de bacia.

A CONTRIBUIÇÃO DO SETOR PRODUTIVO PAULISTA PARA O ALCANCE DOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

Em 2015, líderes de governo reunidos na Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável aprovaram, por consenso, o documento “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”.

A Agenda traz 17 objetivos para alcançar o desenvolvimento sustentável até o ano 2030, conhecidos desde então como Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), uma continuação ampliada dos chamados Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), a partir dos quais foram complementados para responder a novos desafios. São integrados e indivisíveis, e mesclam, de forma equilibrada, as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental.

A Fiesp e o Ciesp, comprometidos com a facilitação da Agenda 2030 no Brasil e com o engajamento de cada vez mais atores, destina essa seção do Informe Ambiental para divulgar os ODS por meio de casos concretos, que podem ser utilizados como *benchmarks*.

A seguir, destacamos o case da empresa Spal Indústria Brasileira de Bebidas que recebeu menção honrosa no Prêmio Fiesp de Conservação e Reúso de Água de 2019.

Fonte: Nações Unidas

Link encurtado: <https://goo.gl/4kwtyx>

Clique nos links



ODS RELACIONADOS A ESSE PROJETO:



Empresa: Spal Indústria Brasileira de Bebidas Projeto: No detalhe do indicador de água de Jundiaí

A unidade de Jundiaí da Coca Cola Femsa, comprometida com as boas práticas de uso e consumo de água, aprimorou a sua forma de gerenciar o uso de água nos seus processos, por meio da gestão de seus indicadores de forma setorizada, investindo em tecnologias que permitem o monitoramento instantâneo.

O projeto consiste na utilização de dispositivos de rádio frequência a serem instalados na saída dos medidores. Esses dispositivos realizam a leitura dos pulsos emitidos pelo medidor, realizando a contabilização do consumo de água em sua memória interna. Cada medidor recebe um dispositivo individual, assegurando maior confiabilidade e precisão de leituras. Os dados coletados são enviados a um servidor, que armazena as leituras em periodicidade configurável, possibilitando o acompanhamento consumo de maneira dinâmica, além de manter o histórico para elaboração dos relatórios de gestão.

Com a implantação do projeto, a leitura que antes era manual foi automatizada e o controle passou a ser realizado de forma instantânea e precisa. Dessa forma, facilitando a correção dos desvios e o retorno a normalização de consumo dentro da fábrica. A sistematização possibilitou encontrar oportunidades de melhorias e a correção rápida dos problemas evitando desperdício de água.

Com o monitoramento online, a empresa conseguiu reduzir 10% do seu consumo médio de água/anual.

Acesse o case completo em:

<http://bit.ly/2ICZM0p>

DIPLOMAS LEGAIS RECENTES - FEDERAL

BIODIVERSIDADE

Lei nº 13.887, de 17/10/2019

Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa e dá outras providências.

Decreto nº 10.140, de 28/11/2019

Altera o Decreto nº 8.505, de 20 de agosto de 2015, que dispõe sobre o Programa Áreas Protegidas da Amazônia - ARPA.

Decreto nº 10.141, de 28/11/2019

Institui o Comitê Nacional das Zonas Úmidas.

Decreto nº 10.142, de 28/11/2019

Institui a Comissão Executiva para Controle do Desmatamento Ilegal e Recuperação da Vegetação Nativa.

Decreto nº 10.147, de 02/12/2019

Dispõe sobre a qualificação de unidades de conservação no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República e sobre a sua inclusão no Programa Nacional de Desestatização.

EMISSIONES ATMOSFÉRICAS

Decreto nº 10.144, de 28/11/2019

Institui a Comissão Nacional para Redução das Emissões de Gases de Efeito Estufa Provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal, Conservação dos Estoques de Carbono Florestal, Manejo Sustentável de Florestas e Aumento de Estoques de Carbono Florestal - REDD+.

MUDANÇAS DO CLIMA

Decreto nº 10.143, de 28/11/2019

Altera o Decreto nº 9.578, de 22 de novembro de 2018, que dispõe sobre o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima e a Política Nacional sobre Mudança do Clima.

Decreto nº 10.145, de 28/11/2019

Dispõe sobre o Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima.

RESÍDUOS SÓLIDOS

Decreto nº 10.117, de 19/11/2019

Dispõe sobre a qualificação de projetos para ampliação da capacidade de recuperação energética de resíduos sólidos urbanos no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República.

PROJETOS DE LEI FEDERAL

BIODIVERSIDADE

PL nº 5462/2019 - Dispõe sobre a conservação, a proteção, a regeneração, a utilização e proteção da vegetação nativa e a Política de Desenvolvimento Sustentável do Bioma Cerrado e dos ecossistemas, da flora e da fauna associados.

PL nº 5624/2019 - Altera a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, para dispor sobre critérios de criação, ampliação, desafetação, transformação ou redução dos limites das unidades de conservação, e de homologação da demarcação de terras indígenas.

PROJETOS DE LEI FEDERAL

RESÍDUOS SÓLIDOS

PL nº 6044/2019 - Altera a Lei nº 12.305, de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, para dispor sobre a capacitação de consumidores em relação ao acondicionamento de resíduos sólidos, no sistema de coleta seletiva.

regula o respectivo processo de julgamento” para inserir a omissão como hipótese de crime de responsabilidade e prever crimes de responsabilidade contra a proteção da biodiversidade e o equilíbrio do meio ambiente.

PL nº 6019/2019 - Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, Lei de Crimes Ambientais, para incluir causa de extinção de punibilidade para o crime de poluição.

INFRAÇÕES

PL nº 5699/2019 - Altera a Lei nº. 1.079, de 10 de abril de 1950, que “define os crimes de responsabilidade e

DIPLOMAS LEGAIS RECENTES - ESTADUAL

CONTROLE E QUALIDADE AMBIENTAL

Decreto nº 64.526, de 15/10/2019

Cria a Comissão Estadual do Zoneamento Ecológico-Econômico de São Paulo (CEZEE-SP).

LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Decreto nº 64.512, de 3/10/2019

Dá nova redação a dispositivos do Regulamento da Lei nº 997, de 31 de maio de 1976, aprovado pelo Decreto nº 8.468, de 8 de setembro de 1976, que dispõe sobre a prevenção e o controle da poluição do meio ambiente, referentes ao licenciamento ambiental, e dá providências correlatas.

RESÍDUOS SÓLIDOS

Decreto nº 64.527, de 15/10/2019

Regulamenta a Lei nº. 17.110, de 12 de julho de 2019, que proíbe o fornecimento de canudos confeccionados em material plástico no Estado e dá outras providências

Decisão de Diretoria nº 114, de 23/10/2019

Estabelece o “Procedimento para a incorporação da Logística Reversa no âmbito do licenciamento ambiental”, em atendimento à Resolução SMA 45, de 23 de junho de 2015 e dá outras providências

PROJETO DE LEI ESTADUAL

BIODIVERSIDADE

PL nº 1139/2019 - Autoriza os Municípios a expedirem licenciamento para supressão de mata e desassoreamento de cursos d'água em propriedades rurais e urbanas.

AVISOS

NOVA DECISÃO DE DIRETORIA DA CETESB SOBRE O PROCEDIMENTO PARA INCORPORAÇÃO DA LOGÍSTICA REVERSA

A Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) editou a Decisão de Diretoria nº 114/2019, de 23/10/2019, que atualiza o “**Procedimento para a incorporação da Logística Reversa no âmbito do licenciamento ambiental**”, em atendimento ao disposto no artigo 4º da Resolução SMA 45, de 23-06-2015, e revoga a Decisão de Diretoria 076/2018/C.

A DD Cetesb nº 114/2019 continua vinculando a comprovação da logística reversa ao licenciamento ambiental ordinário realizado pela Cetesb, conforme linhas de corte progressivas para os seguintes produtos e embalagens:

- Óleo lubrificante, para a logística reversa do óleo lubrificante usado e contaminado (OLUC) e de suas embalagens plásticas;
- Baterias automotivas;
- Pilhas e baterias portáteis;
- Lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e luz mista;
- Pneus, para logística reversa de pneus inservíveis;
- Agrotóxicos, para a logística reversa de suas embalagens vazias;
- Tintas imobiliárias, para a logística reversa de suas embalagens.
- Óleo comestível;
- Filtro de óleo lubrificante automotivo;
- Produtos alimentícios, para a logística reversa de suas embalagens;
- Bebidas, para a logística reversa de suas embalagens;
- Produtos de higiene pessoal, perfumaria e cosméticos, para a logística reversa de suas embalagens;
- Produtos de limpeza e afins, para a logística reversa de suas embalagens;
- Produtos eletroeletrônicos de uso doméstico e seus acessórios, com tensão até 240 Volts;

- Medicamentos domiciliares, de uso humano, para a logística reversa dos respectivos medicamentos vencidos ou em desuso e suas embalagens.

A nova DD dispõe que o atendimento às metas anuais quantitativas de logística reversa serão aceitos pela Cetesb somente Notas Fiscais da venda de materiais recicláveis ou **Certificados de Reciclagem de Embalagens em Geral** emitidos por sistema de logística reversa que tenha firmado Termo de Compromisso para a Logística Reversa de Embalagens em Geral com a Cetesb com previsão de emissão de CREs.

A Fiesp e o Ciesp possuem Termo de Compromisso para a Logística Reversa (TCLR), firmado em maio de 2018, com a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) e a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb), com previsão de comprovação de dados e metas pelos fabricantes por meio da aquisição de **Certificados de Reciclagem (CRE)**.

Para mais informações, consultar o texto da [Decisão de diretoria nº 114/2019](#)

Sobre o Sistema de Logística Reversa de Embalagens em Geral, acesse aqui:

<http://bit.ly/2xVXoL1>

PUBLICAÇÕES DDS/FIESP MANUAL DE USO RACIONAL DE ÁGUA NO SETOR INDUSTRIAL

<https://goo.gl/3D16Qw>



REGRAS DE TRANSIÇÃO SOBRE PRODUTOS CONTROLADOS DA POLÍCIA FEDERAL PARA EMPRESAS JÁ LICENCIADAS E NOVAS SOLICITAÇÕES DE LICENCIAMENTO

Em vista da entrada em vigor, em 01/09/2019, da Portaria do Ministério da Justiça e Segurança Pública nº 240/2019, que estabelece procedimentos para o controle e a fiscalização de produtos químicos e define os produtos químicos sujeitos a controle pela Polícia Federal, alertamos para a prorrogação de prazo da seguinte situação de transição da nova portaria:

31/12/2019 - prazo para empresa já licenciada que tenha de **incluir** determinados produtos químicos, após o respectivo cadastro no sistema eletrônico de autoatendimento, cadastro e mapas (Siproquim 2), e para aquelas **empresas que solicitarão, pela primeira vez**, licença junto à Polícia Federal.

Segundo nota divulgada pela Polícia Federal, o período de 122 (cento e vinte e dois) dias, entre

01/09/19 a 31/12/19, será entendido como transição, sendo desconsideradas eventuais infrações de cadastro desatualizado (incisos V e VI do art. 12 da Lei 10.357/01) e de omissão de mapas no tocante àquele determinado produto (inciso III do art. 12 da Lei 10.357/01).

Para maiores informações, consulte os seguintes links:

Comunicado disponível no site da Polícia Federal: [Acesse Aqui](#)

Ambiente de Treinamento do Siproquim 2: [Acesse Aqui](#)

Informações gerais sobre Produtos Controlados pela Polícia Federal: [Acesse Aqui](#)

CONSULTA NACIONAL: NORMA ABNT DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS PARA FINS ENERGÉTICOS

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) disponibilizou no dia 06 de dezembro de 2019, no site da Consulta Nacional, o texto da proposta de Projeto ABNT NBR 16489 - Resíduos sólidos para fins energéticos – Requisitos.

A norma técnica, discutida na Comissão de Estudo de Resíduos Sólidos para Fins Energéticos (CE-177:003.002), pertence ao Comitê Brasileiro de Saneamento Básico (ABNT/CB-177). O ABNT/CB-177 é responsável pela Normalização no campo do saneamento básico, compreendendo tratamento e abastecimento de água; coleta, tratamento e disposição de esgoto doméstico e de efluentes industriais; aterros para resíduos industriais e sólidos; tubos e conexões; fossas sépticas, tubulações e conexões no que concerne aos requisitos, métodos de ensaio, projetos e procedimentos para execução, instalação e manutenção dos serviços.

A norma em consulta, estabelece os requisitos para aproveitamento energético de resíduos sólidos urbanos com ou sem incorporação de outros resíduos classe II – Não perigosos, abrangendo os aspectos de elegibilidade de resíduos, registros e rastreabilidade, amostragem e formação dos lotes, armazenamento, preparo de resíduos sólidos urbanos para fins energéticos (RSUE), classificação dos lotes gerados e uso do RSUE nas unidades de recuperação energética (URE).

A proposta de texto estará disponível para análise de todos os interessados até a data de **04 de fevereiro de 2020**.

Link do site da Consulta Nacional: <https://www.abntonline.com.br/consultanacional/>

AVISOS

NOVOS PROCEDIMENTOS CETESB PARA LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE PROJETOS E ATIVIDADES COM POTENCIAL DE ATRATIVO DE FAUNA

A Cetesb vem adotando novos procedimentos em decorrência da publicação da Portaria Normativa nº 54/GM-MD [1] que eliminou a necessidade de manifestação prévia do COMAER/CENIPA para o **licenciamento ambiental de projetos e atividades com potencial de atrativo de fauna**, tais como: indústrias de alimentos; e processamento de pescados.

Desta maneira, a Cetesb passou a exigir como condicionante para a solicitação de licença ambiental a seguinte documentação:

Planta ou imagem aérea, georreferenciada, contendo a delimitação da área pretendida com as coordenadas geográficas dos vértices, a distância de referência, medida da maior pista do aeródromo até o ponto mais próximo do perímetro da área do empreendimento, devidamente assinada pelos responsáveis técnico e legal;

Apresentar lista de aeródromos em cuja ASA o empreendimento está localizado, informando a classificação do aeródromo, público ou privado;

Compromisso formal, conforme modelo CETESB no link a seguir, assinado por representante legal e por profissional habilitado acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).

Adicionalmente, a Cetesb em conformidade com as regras estabelecidas pelo CENIPA/COMAER,

determinou que os **novos empreendimentos e ampliações de áreas de empreendimentos existentes**, que se enquadrem nos critérios da tabela abaixo, **possuem restrições que podem inviabilizar** a concessão das licenças ambientais.

Tipo de Atividade	Distância até o aeródromo constante do anexo 01
Abatedouro	5 KM
Aquicultura ou processamento de pescado em local aberto	5 Km
Aterro Sanitário	10 Km
Criação de animais de corte em local aberto	5 Km
Curtume	5 Km
Estação de transbordo de resíduos urbanos	10 Km

Para maiores informações [acessar aqui](#)

[1] que revogou o Art. 4 e inciso V do Art. 6 da Portaria Normativa nº 1.887, de 22 de dezembro de 2010

IBAMA REGULAMENTA TRANSPORTE INTERESTADUAL DE ELETROELETRÔNICOS EM FIM DE VIDA (LOGÍSTICA REVERSA)

O IBAMA, por meio da Instrução Normativa nº 24/2019, publicada em 22/11/2019, regulamentou a obrigatoriedade da Autorização Ambiental para Transporte de Produtos Perigosos para o transporte interestadual (fluvial e terrestre) e marítimo de produtos eletroeletrônicos.

A autorização é **obrigatória** para o transporte interestadual de **rejeitos eletroeletrônicos considerados perigosos**, assim entendidos aqueles que, depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis, incluídas a desmontagem, a descaracterização e a reciclagem,

não apresentem outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada e que sejam classificados como perigosos, conforme norma ABNT NBR 10004:2004 ou norma que venha a substituí-la.

A autorização **não é obrigatória** para o transporte dos produtos eletroeletrônicos e seus componentes descartados, de resíduos eletroeletrônicos e de rejeitos eletroeletrônicos não perigosos sujeitos à **logística reversa**. No entanto, para o transporte realizado dentro dos limites de apenas um Estado ou do Distrito Federal, deverão ser observadas as exigências estaduais e/ou distritais eventualmente aplicáveis.

MONITORE

Sistema de Gerenciamento de Obrigações Ambientais

PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL – PRA

O proprietário ou possuidor de imóvel rural deve fazer a inscrição no Sistema do Cadastro Ambiental Rural (SiCAR) e requerer a inclusão no PRA com um Projeto de Recomposição de Áreas Degradadas e Alteradas (PRADA), conforme Decreto nº 61.792/2016.

O imóvel rural deve estar inscrito no Cadastro Ambiental Rural (CAR).

Prazo: 31 de dezembro

PAGAMENTO DA 4ª PARCELA DE 2019 DA TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL – TCFA E TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL – TCFA/SP

A quem se aplica: O pagamento da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - TCFA deve ser realizado trimestralmente por empresas que exerçam as atividades listadas no Anexo VIII da Lei nº 10.165/2000.

Como fazer: O pagamento da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental – TCFA, por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU única, servirá como documento comprobatório da efetivação do pagamento da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental -TCFASP, prevista na Lei nº 14.626/2011. O boleto deverá ser emitido por meio do site do IBAMA.

Prazo: Até último dia útil de dezembro

AGENDE-SE

**AS INSCRIÇÕES PARA O
26º PRÊMIO FIESP DE MÉRITO AMBIENTAL
INICIAM-SE EM JANEIRO.**



EXPEDIENTE

O Informe Ambiente é uma publicação do Departamento de Desenvolvimento Sustentável (DDS) da Fiesp e da Diretoria do Ciesp. Circulação bimestral

Fotografias: Ayrton Vignola, Everton Amaro e Karim Kahn

Comentários e sugestões: Tel. (11) 3549-4675 | Fax: 3549-4237 | cdma@fiesp.com.br | www.fiesp.com.br

Autorizada a reprodução, agradecendo-se a citação da fonte.

Para receber este e outros conteúdos é necessário que faça o cadastro através do link: www.fiesp.com.br/cadastro